INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2019, DE 28 DE JANEIRO DE 2019

Estabelece a utilização do nome social para alunos e/ou ex-alunos da Graduação travestis e transexuais no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB e dá outras providências.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso de suas atribuições legais, previstas na Resolução FURB de Nº 129/2001, e considerando os dispostos nos Artigos 1º, inciso III, 3º, inciso IV, 5º, caput, 205 e 206, inciso I, da CF/88; Art. 3º, inciso IV da LDB Nº 9.394/1996; no Decreto Nº 8.727/2016; na Portaria MEC Nº 1.612/2011; na Resolução CEE/SC Nº 048/2016 na Resolução CNCD/LGBT Nº 12/2015; e no Parecer PROGEF/FURB Nº 520/2018,

ESTABELECE a utilização de nome social para alunos e/ou ex-alunos travestis e transexuais conforme segue:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica assegurada a utilização de nome social para alunos e/ou ex-alunos travestis ou transexuais, que reflita adequadamente sua identidade de gênero, nos registros, documentos e atos da vida acadêmica durante a Graduação, no âmbito da FURB, na forma disciplinada por essa Instrução Normativa.

Art. 2º Para fins dos dispostos nessa Instrução Normativa entende-se por:

- I. Nome social: prenome pelo qual o aluno e/ou ex-aluno travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecido;
- II. Nome civil: aquele registrado nos documentos de identificação oficiais reconhecidos no Brasil.
- III. Identidade de gênero: dimensão da identidade de uma pessoa no que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e

feminilidade, e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

DA SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO E DO PARECER

Art. 3º O interessado poderá requerer a utilização ou a exclusão de nome social a qualquer tempo, por meio do formulário de solicitação de inclusão/exclusão de nome social presente no Anexo I.

Art. 4º A solicitação para a utilização do nome social se estende aos alunos relativamente e absolutamente incapazes, menores de 18 e 16 anos respectivamente, sendo necessária a representação dos pais ou responsável legal para os menores de 16 anos e assistência para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos, com firma reconhecida.

Parágrafo Único. Nos casos em que houver responsável legal, é necessário anexar ao formulário de solicitação de inclusão/exclusão de nome social, o comprovante da relação entre o responsável e o aluno.

Art. 5º O formulário de solicitação de inclusão/exclusão de nome social deverá ser entregue na Praça de Atendimento ao Estudante e em até 5 (cinco) dias úteis o requerente será informado do parecer.

Parágrafo Único. A solicitação de utilização do nome social presume a ciência e concordância com todos os termos presentes nesta Instrução Normativa.

Art. 6º O parecer será fornecido pela Divisão de Registros Acadêmicos – DRA, de acordo com os termos presentes nesta Instrução Normativa.

Parágrafo Único. A inclusão/exclusão será efetuada, a partir do deferimento.

DA UTILIZAÇÃO

Art. 7º O nome social acompanhará o nome civil em todos os registros administrativos e documentos acadêmicos internos, como formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de matrícula, registro de frequência, avaliação e similares, inclusive será usual na forma de tratamento do aluno.

Art. 8º O requerente deverá optar por meio do formulário (Anexo I) se deseja a utilização somente do nome civil, ou do nome civil acompanhado do nome social, na emissão de documentos oficiais expedidos pela Universidade – tais como: histórico escolar, atestados, certificados, certidões, ata de colação e diplomas.

Art. 9º O aluno e/ou ex-aluno travesti ou transexual terá direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

Art. 10 Na cerimônia de colação de grau, a outorga será realizada considerando o nome social, porém, na ata de colação constará o nome civil, sendo possível a utilização, concomitante, do nome social, a pedido do interessado.

Art. 11 Nos contratos de prestação de serviços educacionais, comprovantes de pagamento, imposto de renda, boletos, Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, escritórios de cobrança e outras integrações com órgãos externos será considerado apenas o nome civil.

Parágrafo Único. Salvaguardados os casos em que o aluno e/ou ex-aluno já possuir cadastro de nome social junto à Receita Federal. Nestes casos, será considerado, concomitantemente, o nome social.

Art. 12 No endereço de correio eletrônico e no nome de usuário nos sistemas de informática, será considerado o nome social.

§1º A partir do deferimento de utilização de nome social, o correio eletrônico e o nome de usuário criados a partir do nome civil serão inativados, e substituídos por novos considerando o nome social.

§2º A partir do deferimento de exclusão de nome social, o correio eletrônico e o nome de usuário serão recriados a partir do nome civil.

Art. 13 Nos casos em que o interesse público exigir, inclusive para salvaguardar direitos de terceiros, será considerado o nome civil do aluno e/ou ex-aluno travesti ou transexual.

Art. 14 Após solicitado, a utilização do nome social irá vigorar durante toda a permanência do aluno na Universidade, salvo se o mesmo solicitar a exclusão do nome social dos registros previstos nesta Instrução Normativa, conforme Art. 3º.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 A presente Instrução Normativa aplicar-se-á de forma retroativa para ex-alunos em se tratando documentações como atestados, certificados, históricos escolares e diplomas, respeitando o interesse do solicitante.

Art. 16 Não serão aceitas formas de solicitação de inclusão/exclusão de nome social em desacordo ao proposto nessa Instrução Normativa.

Art. 17 Nos casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela PROEN, ouvindo, quando necessário, os órgãos superiores.

Art. 18 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e substitui a Instrução Normativa PROEN Nº 01/2016.

Blumenau, 28 de janeiro de 2018.

Professora Dra Simone Leal Schwertl

Pró-Reitora de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO DE NOME SOCIAL

PROEN – PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, ENSINO MÉDIO E
PROFISSIONALIZANTE
DRA – DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

PARTE SOMBREADA DEVERÁ SER PREENCHIDA PELO ACADÊMICO (em letra de forma)

Vínculo Pessoa _____, acadêmico(a) do

curso de _____, com base nos termos da Instrução Normativa FURB nº. XX/2018, requer:

Inclusão de seu nome social

Exclusão de seu nome social

Na emissão de documentos oficiais, requer:

Utilização apenas do Nome Civil.

Utilização do Nome Civil, concomitantemente com o Nome Social.

Dados de Contato (o parecer será enviado por e-mail)

E-mail: _____ Celular: () _____

Instruções (IMPORTANTE)

- Entregar pessoalmente este documento preenchido na (sem rasuras) na **Praça de Atendimento ao Estudante** (no bloco A - campus I);
- O preenchimento deste requerimento não é garantia de deferimento, a solicitação será analisada pela DRA;
- O preenchimento deste requerimento presume o conhecimento prévio do aluno quanto ao disposto na Instrução Normativa FURB Nº XX;
- Somente serão aceitos requerimentos de estudantes menores de idade que possuírem a assinatura de um dos pais ou de seu responsável legal.

Data: ____/____/____.

ASSINATURA

ASSINATURA DOS PAIS OU RESPONSÁVEL CASO O ESTUDANTE
SEJA RELATIVAMENTE OU ABSOLUTAMENTE INCAPAZ

Parecer da Divisão de Registros Acadêmicos

Deferido Indeferido

Data: ____/____/____.

ASSINATURA